



ENTREVISTA DA SEMANA
Xênia Guerra
Candidata a presidência da OAB

“Uma das minhas prioridades foi lutar para aumentar a representatividade feminina nos espaços políticos, principalmente, na Ordem”

Pág. 3



SHOPPING CHINA
IMPORTADOS

www.shoppingchina.com.py

UMA CONQUISTA INESQUECÍVEL

Renovação da Lei Maria da Penha:

Medidas para garantir a segurança das mulheres e penalizar agressores em tempos de aumento dos casos de feminicídio

Pág. 7

Imagem: Criada por Kiber Simioni utilizando recursos de inteligência Artificial da Microsoft Designer

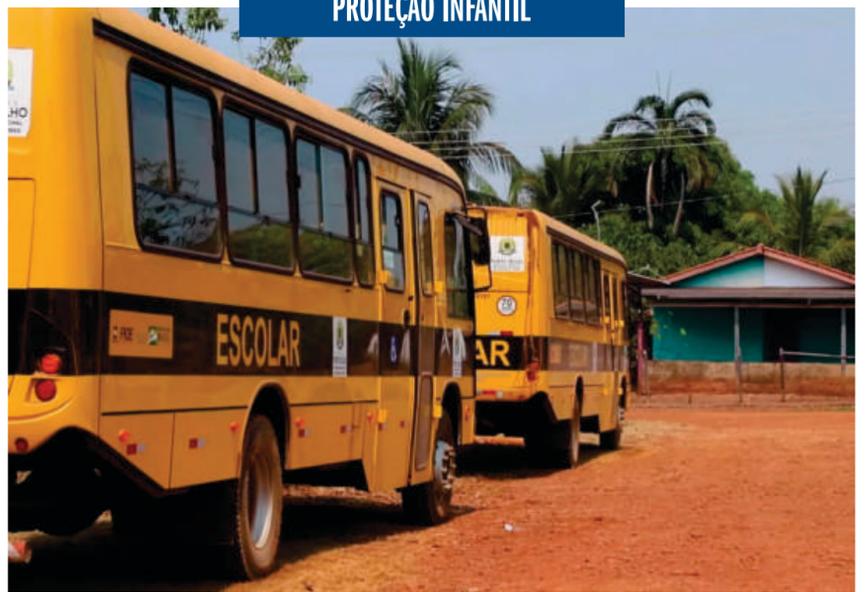
EXCLUSÃO

Em Mato Grosso debate sobre pessoas trans nos esportes avança e está apta para votação em plenário



Projeto de Lei proposto por Deputado Gilberto Cattani (PL) recebe parecer favorável de deputados e segue para votação
Pág. 4

PROTEÇÃO INFANTIL



PL indica obrigatoriedade de acompanhantes para alunos menores dentro dos ônibus de Cuiabá

O autor da proposta, Dídimo Vovô, espera confiante a aprovação nas instâncias, em razão da importância do direito dessas crianças serem garantidos - Pág. 5

PONTAPÉ

Botelho celebra novo lar para idosos em Cuiabá e anuncia parceria

ALMT vai destinar recursos para construção da sede que vai abrigar 104 idosos. E mais 100 pessoas que serão atendidas durante o dia - Pág. 4



VALORIZAÇÃO

Deputado Fabio Tardin propõe “Um Dia Sem Lixo” em Mato Grosso

Pág. 4

CHARGE DA SEMANA

RESSACA PÓS-ELEITORAL...

Popular



acesse: www.grupomilas.com.br

Camila Bernal Barreto
Servidora Pública

“ Uma das abordagens que considero valiosas nesse contexto é a Constelação Familiar e Sistêmica. Baseada na ideia de que muitos dos nossos desafios, inclusive doenças, podem estar relacionados a padrões herdados ou dinâmicas inconscientes de nossa família ”

O câncer de mama e o poder das terapias integrativas

O diagnóstico de câncer de mama é uma das notícias mais difíceis que uma pessoa pode receber. Falo isso por experiência própria. É como se a gente perdesse o chão e ficasse completamente sem direção, esperança, saída... Foi então que busquei terapias alternativas, além dos tratamentos médicos tradicionais, como a cirurgia, quimioterapia e radioterapia. Acredito fortemente no poder das terapias integrativas, que podem oferecer o apoio emocional e espiritual necessário em um momento tão desafiador. Essas abordagens não só me serviram como alicerce, mas também contribuíram para a minha cura. A experiência me transformou, aprendi muito e hoje ajudo outras pessoas a se fortalecerem.

Uma das abordagens que considero valiosas nesse contexto é a Constelação Familiar e Sistêmica. Baseada na ideia de que muitos dos nossos desafios, inclusive doenças, podem estar relacionados a padrões herdados ou dinâmicas inconscientes de nossa família, a constelação familiar nos permite olhar para o nosso passado e identificar questões emocionais não resolvidas. Ao trazê-las à luz, podemos liberar essas energias estagnadas, criando um caminho para a cura emocional e física.

Durante uma constelação, podemos explorar como emoções reprimidas, traumas familiares e desequilíbrios sistêmicos podem estar conectados ao nosso corpo físico e a doenças como o câncer. A partir dessa conscientização, o processo de cura pode ser mais profundo, pois passamos a entender que não somos apenas corpos físicos isolados, mas sim parte de uma rede de relacionamentos que influencia nossa saúde de maneira ampla.

Outro campo que venho explorando com grande interesse são as terapias energéticas, como o Shamballa e o Sistema Arcturiano. Essas abordagens buscam alinhar nossos corpos

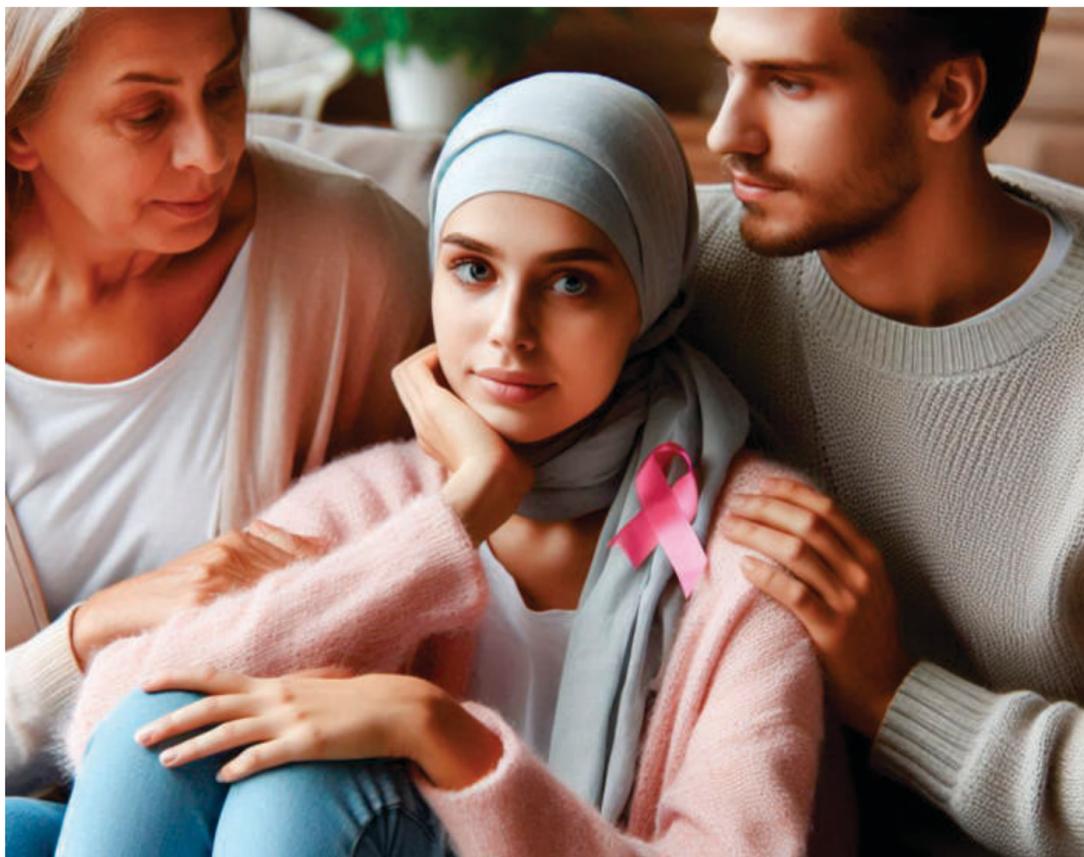


Imagem: Criada por Kleber Simioni utilizando recursos de Inteligência Artificial da Microsoft Designer

energéticos com frequências elevadas de cura, nos ajudando a limpar bloqueios emocionais e espirituais. No caso do Shamballa, por exemplo, trabalha-se com energias de amor incondicional, proteção e harmonia. A prática pode ajudar a restaurar o equilíbrio energético e trazer uma sensação de paz interior, essencial durante um processo de tratamento tão intenso quanto o do câncer de mama.

Já o Sistema Arcturiano, vinculado à ideia de que energias de alta frequência podem auxiliar, é uma terapia que promove a expansão da consciência e o fortalecimento do nosso campo energético. Ao acessarmos essas frequências, podemos ajudar nosso corpo a se regenerar e encontrar um estado de equilíbrio, criando um ambiente mais propício para a cura.

Eu acredito que, ao integrar essas práticas no cotidiano, podemos não apenas apoiar o tratamento físico, mas também cuidar de nossa mente, emoções e espírito. A combinação dessas terapias com os tratamentos convencionais oferece uma abordagem holística, que vê o ser humano em sua totalidade.

Se você está passando por esse desafio ou conhece alguém que esteja, convindo você a explorar essas terapias integrativas. A cura, vai além do corpo físico, e encontrar paz interior é um dos maiores presentes que podemos dar a nós mesmos durante essa jornada.

Camila Bernal Barreto

é servidora pública, mãe atípica, Consteladora Familiar, mestre em Sistema Arcturiano, mestre em Shamballa, voluntária do Instituto Mário Cardi Filho e uma das fundadoras do grupo Curadas para Curar

EDITORIAL

O voto

No Brasil, as votações que existiam durante a colônia e durante o Império brasileiro estavam restritas a homens que detinham certo nível de renda. Com o advento da República, o voto foi estendido aos demais homens, mas não às mulheres. Desde a Constituição de 1988 que o sufrágio universal foi instituído para a escolha dos ocupantes desses cargos, vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, governadores e presidentes da República.

O voto, ou sufrágio, como é também conhecido, é um dos principais instrumentos utilizados para eleições de representantes políticos, ou seja, tomar decisões políticas, em espaços em que há consulta popular para isso, como nos casos de referendos ou plebiscitos.

Por meio do voto, é possível ao eleitor escolher dentre um leque de opções previamente estabelecido uma pessoa que o representará em algumas das instituições políticas por um período determinado. Essa escolha, na forma ideal, deve ser feita com consciência política e após uma análise das propostas do candidato e de sua viabilidade de aplicação, além do histórico pessoal e político do candidato.

Intensas campanhas são feitas para combater a compra de votos, uma prática ainda comum durante as eleições no

Brasil. Através da compra do voto, políticos com maior poder econômico conseguem influenciar de forma considerada não ética mais número de eleitores. A compra de votos é crime no Brasil, mas isso não quer dizer que ela não exista.

Por outro lado, diversos posicionamentos críticos em relação à democracia representativa apontam que os financiamentos de campanhas, que são legais, acabam também fazendo com que as classes que têm maior poder econômico coloquem seus representantes no poder, limitando a abrangência da democracia. Nesse caso, somente as campanhas eleitorais milionárias teriam capacidade de serem vitoriosas nas principais eleições.

Outra característica do voto no Brasil é que ele é obrigatório. Há campanhas para que o voto seja facultativo, uma escolha das pessoas que querem eleger seus representantes. A favor desse posicionamento há o argumento de que tal medida diminuiria os casos de corrupção nas eleições, além de ampliar a possibilidade de escolha dos cidadãos, já que poderiam começar escolhendo se querem votar ou não.

“ ...a compra de votos, uma prática ainda comum durante as eleições no Brasil. Através da compra do voto, políticos com maior poder econômico conseguem influenciar de forma considerada não ética mais número de eleitores ”



EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas
DEPTO COMERCIAL 3052-6030 / 3052-6031

FOTOS Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE Kleber Simioni

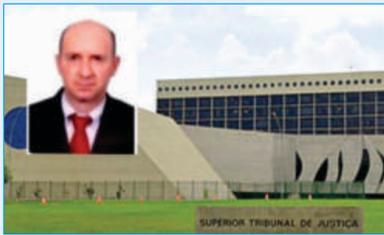
CHARGE Fred

PAUTA redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA
FOGO

Esquema no STJ

Em reportagem, UOL cita diálogo do empresário Anderson de Oliveira, alvo da Operação Última Ratio da Polícia Federal, que apontam o envolvimento de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em um suposto esquema de venda de sentenças. Anderson seria o lobista no esquema que envolve o advogado Roberto Zampieri, morto em dezembro de 2023 em Cuiabá. Ao cumprir o mandado contra Anderson, na manhã do dia 24, a PF não o encontrou em sua casa, no condomínio Alphaville em Cuiabá. Buscas foram realizadas na residência. A PF também mirou desembargadores do Mato Grosso do Sul.

BRT correndo risco



O governador Mauro Mendes afirmou que não está satisfeito com o andamento das obras do Ônibus de Transporte Rápido (BRT) em Cuiabá e, inclusive, afirmou que o Estado está considerando romper o contrato com a empresa responsável. O Consórcio Construtor BRT é formado pelas empresas Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., Heleno & Fonseca Construtiva S.A. e Cittamobi Desenvolvimento em Tecnologia Ltda. O gestor já teve este discurso de insatisfação antes, mas nada foi feito ainda. "Não está bom, já falei várias vezes. As obras não estão bem nem aqui, nem em lugar nenhum, falta mão de obra, as empreiteiras estão com dificuldades, nós estamos apertando, estamos ameaçando romper contrato, agora, de uma maneira geral, todas as obras estão tendo dificuldades porque Mato Grosso, infelizmente ou felizmente, está faltando mão de obra".

Tentando retornar ao cargo



3 membros do Ministério Público Estadual (MPE) se inscreveram para concorrer ao cargo de procurador-geral do órgão. Entre eles está o procurador José Antônio Borges, que ocupava a vaga antes do atual chefe do MP, Deodete Cruz, e tenta retornar ao posto. O processo de votação eletrônica iniciará às 8h30 do dia 1º de dezembro e se estenderá até às 8h30 do dia 04. A apuração e divulgação do resultado ocorrerão na sequência do encerramento do processo de captação dos votos.

Cobrando decreto de transição



Prefeita eleita por Várzea Grande Flávia Moretti irá acionar o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE) pedindo que o órgão cobre o decreto de transição de governo ao atual gestor do município Kalil Baracat. "Até o momento o decreto não foi publicado. A equipe de transição está trabalhando os dados do Portal da Transparência e no da prefeitura. Vamos oficializar o TCE para que solicite a publicação do decreto do prefeito Kalil. Mas a transição já está trabalhando", iniciou. A transição de mandato é o processo que tem como objetivo dar condições para que o candidato eleito para o cargo de prefeito possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários para a manutenção dos serviços essenciais de atendimento à população.

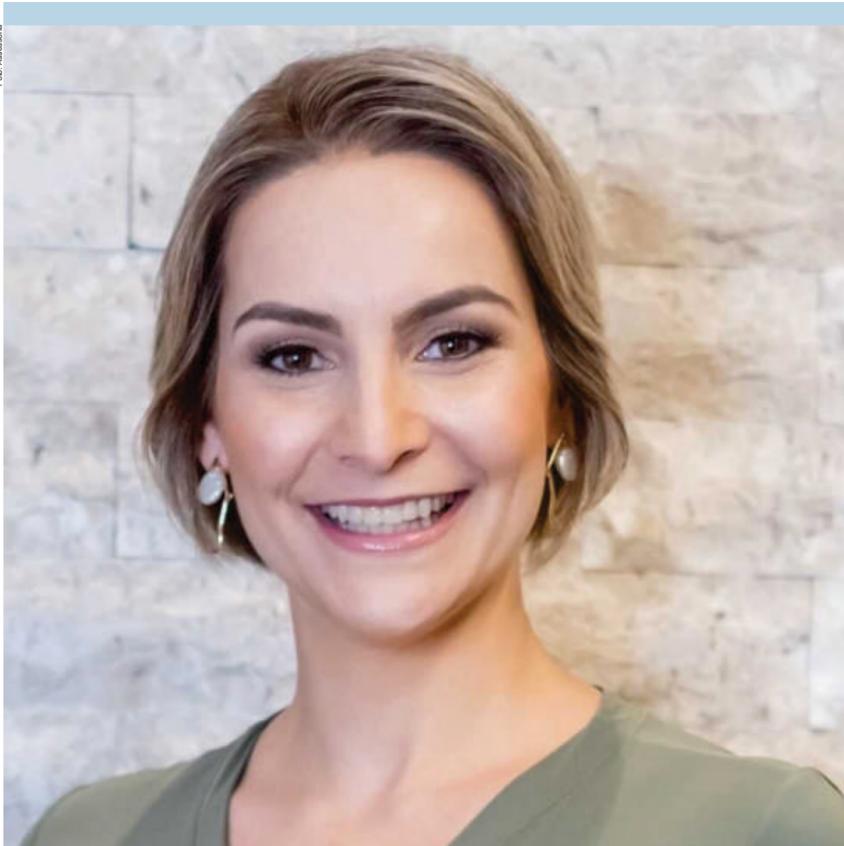
Traiu? Cite os nomes



O senador Jayme Campos (União) disse que viu traição em seu grupo político, após a derrota de Eduardo Botelho no primeiro turno das eleições. Em resposta o governador Mauro Mendes, que já havia descartado a existência de "traidores" entre seus aliados, disse para que o parlamentar aponte o nome do suposto traidor. "É aquela história né, da traição, a traição é muito ruim (...). Teve, teve, eu não posso garantir até porque... a sociedade sabe, feita essa traição... ela odeia os traidores, é bom que se esclareça", afirma Jayme. "Que o senador Jayme coloque nome, sobrenome e ato concreto. Insinuação não é bom que se faça, ele é um senador experiente, maduro, sabe disso. Se tiver algum fato concreto, que se coloque na mesa, se não, por fazer fofoca. Uma fofquinha dessas abalar um grupo... tem que ser um grupo de cabeça de minhoca, porque nós estamos unidos por um objetivo mil vezes mais relevantes que esse. Problemínhas pequenos acontecem todos os dias em qualquer lugar e isso não pode abalar ninguém, por causa de um problemínha pequeno", disse Mauro.

Xênia Guerra – Candidata à presidência da OAB

“Uma das minhas prioridades foi lutar para aumentar a representatividade feminina nos espaços políticos, principalmente, na Ordem”



A advogada, Xênia Artmann Guerra, se candidatou para concorrer a presidência da OAB. Seu objetivo é transformar a classe da Ordem dos Advogados em um local mais efetivo e garantir o direito de todos os presentes. Uma das suas maiores indignações é o desrespeito entre os colegas de trabalho, principalmente com as mulheres.

Entre às quatro chapas apresentadas pelo Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) destaca-se a chapa “Coragem Para Mudar”, liderada pela advogada Xênia Guerra, que tem uma atuação significativa no interior do estado. Xênia oficializou sua candidatura ao lado de Fernando Augusto Vieira de Figueiredo, que ocupará o cargo de vice-presidente. O grupo 3 também conta com Yuri Robson Nadaf Borges (secretário-geral), André Luiz Soares Bernardes (secretário-geral adjunto) e Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira (tesoureira).

“Queremos uma OAB-MT unida, inclusiva, plural e que de fato represente os direitos dos advogados e advogadas de todo o estado”

■ | Ana Carolina Guerra | Da Redação

Centro Oeste Popular — Sabe-se das dificuldades que existem no mundo dos advogados, principalmente quando se trata de mulheres no poder. É comum vermos homens na frente e poucas mulheres com coragem de enfrentar o sistema. Como foi para você escolher e se candidatar à presidência da OAB?

Xênia Guerra — Como diz o nome da chapa: coragem para Mudar. Nunca fugi de desafios e ao longo da minha trajetória na advocacia uma das minhas prioridades foi lutar para aumentar a representatividade feminina nos espaços políticos, principalmente, na Ordem. Em Sinop atuei para criarmos a Comissão da Mulher Advogada, mas não apenas isso. Percorri vários municípios não apenas na defesa da criação da comissão dentro da entidade, mas também para que tivéssemos direito a cadeira nos Conselhos Municipais. Agora, fui convidada a liderar este movimento em defesa de uma integração entre os advogados da capital e do interior e não podia me omitir diante da falta de identificação da nossa advocacia com a atual gestão. Então, com certeza, me orgulho muito estar diante de mais um desafio e com o compromisso de representar de fato as mulheres advogadas, de combater as violências de gêneros, mas também de lutar por todos.

Centro Oeste Popular — Nos últimos tempos, tivemos a morte do Renato Nery, de 72 anos, no qual foi atingido por sete disparos de arma de fogo na calçada logo após sair do seu carro. De que forma analisa essa situação e a maneira como lidaram para resolver o caso?

Xênia Guerra — Olha, lamento muito a violência contra nossos colegas advogados. Precisamos que a nossa Ordem seja mais efetiva, mais atuante e não permita que essa violência cresça de maneira desenfreada em nosso estado. É inadmissível que um ex-presidente da Ordem envie um documento com denúncias graves e nada seja feito. Nenhuma providência seja tomada. A OAB não pode ser omissa e hoje a nossa entidade não nos representa. Precisamos de uma OAB sensível ao tema e queira efetivamente enfrentá-lo.

Centro Oeste Popular — Recentemente preparamos um caso, onde se tratava de um advogado discriminando uma colega de trabalho, pela sua escolha sexual. Alguns defenderam o sujeito e outros a vítima, com tudo, esperavam que a atual presidente Gisela Cardoso defendesse a colega e se declarasse contra qualquer prática preconceituosa e discriminatória. De que maneira analisa toda essa situação, o que esperava da presidência e caso aconteça em sua governança, como irá lidar com esses casos?

Xênia Guerra — Inclusive, esta foi uma pauta

que ganhou repercussão nacional após cobrar providência da atual presidente, que se omitiu e continua se omitindo sobre o assunto. Até hoje ela não fez nenhuma declaração, colocou outras pessoas para falar por ela. O que é uma vergonha. Nossa luta pela paridade, por uma Ordem mais igualitária teve um custo e não podemos aceitar que justo agora, quando conquistamos a paridade, quando temos uma mulher no comando da OAB, a violência de gênero seja permitida dentro da Ordem. Lamento profundamente e me solidarizo com as vítimas deste conselho, que por fim pediu afastamento do conselho, mas deixo claro mais uma vez que a atual presidente foi completamente omissa sobre esse assunto. Como presidente não haverá espaço para essas violências, todas serão punidas conforme o que prevê nosso regimento da Ordem.

Centro Oeste Popular — No último dia 21 saiu uma matéria do Olhar Direto, alegando que faltou coerência da sua parte, pois, a sua chapa não traz representatividade prometida e deixa interior sem espaço. Até que ponto essa situação é verdadeira e como está combatendo supostas matérias falsas?

Xênia Guerra — Não tem nenhuma verdade nisso. Primeiro vamos deixar claro que a OAB tem gastado o dinheiro da anuidade com mídia paga em sites que estão publicando desinformação. Mas vamos aos números. Na minha chapa tem 59 membros do interior e 57 da capital. E quando comparamos a formação das chapas de 2021 e 2024, fica mais evidente ainda que estamos comprometidos em garantir a representatividade do interior. Em 2021, a composição dos conselheiros estaduais, era de 41 da capital contra apenas 35 do interior, estes em sua maioria suplente. Já em 2024, são 46 conselheiros da capital e 49 do interior. Isso mostra claramente nosso compromisso em incluir toda a advocacia de Mato Grosso. E se olharmos para a representação na diretoria de nossa chapa, temos dois representantes do interior, e o mesmo ocorre com a Caixa de Assistência. Estamos aqui para garantir que a OAB seja verdadeiramente representativa, e isso não se faz com notas pagas em veículos que distorcem os fatos. A nossa proposta é clara: unir o interior e a capital em prol de uma advocacia mais forte e mais justa. Vamos transformar a OAB-MT e garantir que o dinheiro da sua anuidade seja usado para valorizar a advocacia, não para promover a desinformação. E para isso é preciso ter coragem para mudar.

Centro Oeste Popular — Agora falando um pouco sobre a sua campanha. Como está sendo, e como pretende trabalhar caso seja eleita? Quais projetos serão realizados em prol da melhoria da classe dos advogados

e advogadas?

Xênia Guerra — Esta campanha está sendo gratificante. É ótimo receber o carinho e o reconhecimento dos nossos colegas de que temos o melhor projeto para nossa Ordem. Primeiro queremos voltar a abrir as portas da nossa casa, sendo a OAB-MT, para todos os advogados e advogadas, garantir que eles tenham acesso direto a nossa diretoria e sejam respeitados e valorizados. Depois quero garantir a democratização da Ordem. Uma das nossas propostas é garantir que toda a classe possa participar da escolha do Quinto Constitucional, por exemplo, mudar esse formato, para que você, advogado ou advogada, também possa participar. É hora de devolver o poder à advocacia. Juntos, conseguiremos garantir que a escolha do representante do quinto de fato represente toda a advocacia. Temos ainda como proposta a criação de uma Central de Atendimento das Prerrogativas, com a contratação de advogados remunerados para atuar, exclusivamente, na defesa das prerrogativas, inclusive em regime de plantão em todo Estado, devolver 100% da anuidade mediante créditos para cursos da ESA, lutar pelas melhorias na estrutura do Poder Judiciário, queremos garantir também que a advocacia participe das tomadas de decisões com relação ao orçamento, vamos oferecer mentoria para os jovens advogados, advogadas e outras propostas que podem ser encontradas no nosso site de campanha (www.xeniaguerraadv.com.br).

Centro Oeste Popular — Em seu lançamento de chapa, mais de mil advogados vieram dar apoio, onde alguns declararam em redes sociais que querem você na presidência. Como vem se sentindo com esse apoio? Esperava ser tão bem recebida na capital? O apoio que recebe aqui é o mesmo do interior?

Xênia Guerra — Tem sido surpreendente a recepção tanto na capital quanto no interior. Realizamos nosso lançamento também em Sinop, cidade de onde é minha origem na advocacia, e vamos percorrer Mato Grosso para levar nossas propostas e agradecer também o carinho recebido. Estou muito feliz e orgulhosa dessa trajetória, dessa caminhada, ao lado de pessoas que têm serviço prestado pela Ordem, de pessoas que querem ajudar a transformar nossa Ordem, em resgatar nossa entidade para devolver aos advogados. Somos o interior, a capital, o advogado público, o privado, a mulher advogada, o homem advogado, somos os jovens e os experientes, essa pluralidade tem sido reconhecida pela advocacia. Montamos um time incrível e por isso a recepção tão calorosa.

Acesse: www.grupomilas.com.br



PONTAPÉ

Botelho celebra novo lar para idosos em Cuiabá e anuncia parceria

ALMT vai destinar recursos para construção da sede que vai abrigar 104 idosos. E mais 100 pessoas que serão atendidas durante o dia

Da Redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso – ALMT vai contribuir com a construção de um novo espaço público para idosos, em Cuiabá. A afirmação foi dada pelo presidente da Casa de Leis, deputado Eduardo Botelho (União), durante a cerimônia de doação da área nas proximidades do Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas do Estado – Sintcontas/MT.

Chamada de Instituição de Longa Permanência para idosos – ILPI as expectativas são de construir, inicialmente, cinco unidades em Mato Grosso, sendo a primeira em Cuiabá. Durante a visita na área, Botelho alertou sobre a grande demanda reprimida e citou o importante trabalho desenvolvido pelo Abrigo Bom Jesus de Cuiabá, entidade que tem o apoio da ALMT.

“A Assembleia Legislativa pode ser parceira em todos os aspectos. Primeiro, alocando recursos no orçamento do Estado, e também no orçamento da própria Assembleia, pois vamos disponibilizar um percentual para que ela entre na parceria para a construção dessa sede. A Assembleia já vem fazendo trabalho social. E essa aqui é uma ação que demanda urgência,



ALMT vai contribuir com a construção de um novo espaço público para idosos, em Cuiabá. A afirmação foi dada pelo presidente da Casa de Leis, deputado Eduardo Botelho (União)

haja vista que há muito tempo não se constrói nada para atender os idosos e precisamos cuidar dessas pessoas”, afirmou Botelho.

O conselheiro Sérgio Ricardo, presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), disse sobre a satisfação de doar parte da área de 36 hectares para causa social. Pelo menos 10 hectares serão usados para a nova sede que vai abrigar os idosos, oferecendo conforto

e atividades em meio à natureza, além disso, contará também infraestrutura completa de lazer do Sindicato dos Trabalhadores do TCE-MT (Sinttcontas), localizado ao lado da área cedida.

“É um presente do presidente do Tribunal de Contas à Cuiabá. Em 2050, teremos 175 idosos para cada 100 jovens. O Brasil já começou a decrescer e isso é um grande problema, por

isso precisamos nos preocupar realmente com essa população. Em MT, 15% população já é considerada idosa e a maioria é de baixa renda”, avaliou o desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Orlando Perri, que coordena a implantação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa do Estado (Renadi-MT). Perri garantiu a destinação de cerca de R\$ 50 milhões para a construção de cinco lares em Mato Grosso.

A parceria conta também com a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), responsável pela elaboração dos projetos. Os lares deverão ser custeados pelos municípios. A AMM se comprometeu a apresentar, em 15 dias, cinco opções de projetos de acordo com a estrutura da área. “Em Cuiabá tinha o problema em relação à área. Mas quando foi apresentado esse projeto ao presidente Sérgio Ricardo ele prontamente se comprometeu em doar a área, então, mais uma vez, o TCE se destaca e a nossa equipe está engajada em apresentar os melhores projetos”, afirmou o presidente da AMM, Leonardo Bortolin.

Instituição de Longa Permanência para idosos – ILPI

São unidades que têm caráter residencial ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, garantindo sua liberdade, dignidade e cidadania. Os espaços acolhem pessoas em situação de vulnerabilidade social, com diferentes necessidades e graus de dependência, oferecendo, além de acolhimento integral, a possibilidade de que os idosos sejam atendidos ao longo do dia e retornem à noite para suas famílias.

VALORIZAÇÃO

Deputado Fabio Tardin propõe “Um Dia Sem Lixo” em Mato Grosso



O deputado ressaltou a importância do trabalho desses profissionais, que garantem a limpeza e a conservação de ruas e praças, removendo resíduos tanto naturais quanto provocados pela ação humana

Da Redação

Os trabalhadores da coleta de resíduos e da limpeza urbana, frequentemente invisíveis para a sociedade, podem ganhar um dia de reconhecimento em Mato Grosso. A proposta, apresentada pelo deputado estadual Fabio Tardin (PSB), visa instituir o “Dia Sem Lixo”, alterando a Lei nº 9.144, de 28 de maio de 2009. O objetivo é conscientizar a população sobre a importância do descarte correto de resíduos sólidos e as questões ambientais envolvidas.

No projeto, fica previsto que, em 16 de maio, será concedido ponto facultativo aos trabalhadores da coleta de lixo e limpeza urbana em todo o estado. A proposta já foi aprovada em primeira votação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) nesta quarta-feira, 23 de outubro, e segue agora para a segunda votação.

Fabinho Tardin traz uma experiência pessoal para a iniciativa. Antes de ingressar na política, o deputado atuou como jardineiro e gari em Várzea Grande. Desde então, tem se dedicado a melhorar as condições de trabalho dos profissionais da limpeza pública, sendo autor da lei que instituiu a Política Estadual de Apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis em Mato Grosso.

“É uma categoria que só é lembrada quando há greve. Falo disso com propriedade, pois já fui gari e senti na pele o preconceito. Só per-

cebemos a falta desses profissionais quando algo dá errado”, afirmou em entrevista.

O deputado ressaltou a importância do trabalho desses profissionais, que garantem a limpeza e a conservação de ruas e praças, removendo resíduos tanto naturais quanto provocados pela ação humana. “Quando o caminhão de coleta não passa ou há atraso no pagamento, e o gari entra em greve, a população logo sente o impacto: lixeiras lotadas, mau cheiro. Mas o trabalho deles vai muito além dessas situações de crise”, defendeu.

A proposta também busca sensibilizar o Governo do Estado e a sociedade sobre a importância de valorizar essa categoria, que exerce uma das funções mais exaustivas no mercado de trabalho. “O ponto facultativo é uma forma de garantir o direito ao descanso e ao lazer, essenciais para qualquer trabalhador. Queremos mobilizar o Estado em torno dessa causa”, destacou o parlamentar.

Inspiração

A profissão foi reconhecida nacionalmente em 16 de maio de 1976. A proposta de Fabinho é inspirada no Dia do Gari, instituído como ponto facultativo pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), em 2022, exclusivamente para os trabalhadores da limpeza urbana.

EXCLUSÃO

Em Mato Grosso debate sobre pessoas trans nos esportes avança e está apta para votação em plenário

Projeto de Lei proposto por Deputado Gilberto Cattani (PL) recebe parecer favorável de deputados e segue para votação

Pablo Vicente | Da Redação

A participação de pessoas transexuais nos esportes vem sendo amplamente discutida e divulgada em diversas esferas da sociedade, seja em âmbito civil ou judicial, muitas vezes motivada por preconceitos internos de quem traz à tona a discussão. O deputado Gilberto Cattani possui pelo menos seis projetos de lei (PLs) contra a população LGBTQIAPN+ desde o início de sua carreira.

Em 2023, iniciou-se o trâmite na Assembleia Legislativa de Mato Grosso de um projeto de lei que visa vetar a participação de mulheres transexuais nas categorias femininas dos esportes. O PL foi proposto por Cattani, que argumenta não basear seu projeto em preconceito, mas em justiça para mulheres biológicas. “Tendo como preocupação a proteção física de pessoas biologicamente definidas como mulheres em práticas esportivas, já que elas têm capacidades físicas mais comeditadas do que as transexuais, principalmente no que se refere à velocidade e à força física, o sexo biológico deve ser o critério definidor de gênero dos competidores”, defende o deputado.

No documento apresentado à Assembleia Legislativa, o deputado alega que há uma vantagem em favor de mulheres transexuais, o que prejudicaria mulheres cisgênero nas competições. Gilberto Cattani, que frequentemente apresenta projetos que desfavorecem a população trans de Mato Grosso, afirma que seu projeto visa acabar com o desequilíbrio nas equipes causado pela presença dessas mulheres. “O projeto tem o objetivo de evitar que, em diversas modalidades esportivas, pessoas do sexo biológico masculino passem a integrar e atuar em equipes femininas, causando desequilíbrio e injustiça nos resultados das competições em que a força pode ser determinante”, finaliza o deputado.

Cattani também cita o exemplo de uma mulher trans que venceu uma luta de MMA nos Estados Unidos, alegando que, nesse caso, a força foi determinante, por isso a participação de mulheres trans não deveria ser permitida em competições. Entretanto, segundo o executivo do Combate Global, Mike Afromowitz, Alana, a competidora trans, estava apta a participar da competição após ser constatado, por uma série de exames, que sua composição hormonal não lhe conferia vantagem sobre uma competidora cisgênero.



O Comitê Olímpico Internacional (COI) financiou uma pesquisa que descobriu que atletas transgênero femininas apresentaram maior força de preensão manual, relacionada à força muscular, mas menor capacidade de salto, função pulmonar e aptidão cardiovascular em comparação com mulheres cisgênero. A pesquisa também comparou atletas transgênero com homens cisgênero e constatou que mulheres trans não possuem força similar à de homens cis. Esses dados contradizem a afirmação de que mulheres trans têm vantagens semelhantes às de homens.

A pesquisa concluiu que cada modalidade esportiva deve ser estudada individualmente, sem a criação de uma regra de exclusão generalizada. Em alguns casos, pessoas trans possuem desempenho inferior ao de mulheres cis, como em esportes de corrida e salto.

O professor e pesquisador Leandro Alvez, da Faculdade de Medicina do Centro Universitário São Camilo, realizou um estudo com jogadores de vôlei – homens cis, mulheres cis e mulheres trans. A pesquisa constatou que mulheres cis e trans apresentaram desempenho semelhante, ambos inferiores ao dos homens. Segundo ele, cada esporte deve ser analisado individualmente. “O estudo foi feito com atletas de vôlei, que possuem habilidades e características específicas desse esporte, então não podemos extrapolar esses dados para outras modalidades. No vôlei, não há vantagem para mulheres trans”, explica.

No Projeto de Lei de Gilberto Cattani, intitulado “Estabelece o sexo biológico como critério para definição do gênero dos esportistas em competições profissionais no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”, o autor anexa uma série de links para fundamentar seu projeto, mas os conteúdos apresentados não se referem a pessoas trans nos esportes. As matérias tratam de infrações cometidas por mulheres, desviando-se do tema central do projeto.

Após a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto emitir parecer favorável ao projeto, ele está apto a seguir para votação em plenário.

PROTEÇÃO INFANTIL

PL indica obrigatoriedade de acompanhantes para alunos menores dentro dos ônibus de Cuiabá

O autor da proposta, Dídimo Vovô, espera confiante a aprovação nas instâncias, em razão da importância do direito dessas crianças serem garantidos

■ | Yasmin Yegros | Da Redação

O vereador Dídimo Vovô (PSB) apresentou um projeto de lei, que já tramita na Câmara Municipal, com o objetivo de implementar acompanhantes nos ônibus escolares da zona rural de Cuiabá, de forma obrigatória. Cita a principal razão das reivindicações da população cuiabana, o transporte por essas localidades ter o deslocamento de até 70 km até chegar às escolas. Dessa forma, crianças ficam desassistidas dentro do veículo por cerca de três horas, tanto no trajeto de ida quanto no retorno às moradias.

Reeleito para uma cadeira na Alencastro com 3117 votos, sendo a segunda maior quantidade conquistada dentro da filiação, o membro da bancada mais extensa a atuar na nova legislatura cuiabana, com quatro vereadores eleitos, estabeleceu na proposta que o monitor permanecerá no veículo durante todo o percurso, encarregado de guiar os alunos no embarque e desembarque, além de realizar ações que assegurem a segurança dos menores.

Dados da prefeitura de Cuiabá indicam que 2% dos cidadãos residem na área rural. O montante equivale a aproximadamente



ALMT vai contribuir com a construção de um novo espaço público para idosos, em Cuiabá. A afirmação foi dada pelo presidente da Casa de Leis, deputado Eduardo Botelho (União)

123 mil indivíduos, localizados em assentamentos e comunidades tradicionais. Conforme a Secretaria Municipal de Agricultura, oficialmente, a capital possui 15 assentamentos rurais estabelecidos e aproximadamente 34 comunidades tradicionais.

Segundo a justificativa do texto, o Estado é responsável por assegurar o direito a uma educação de excelência a toda população, proporcionando aos estudantes o acesso adequado à escola, incluindo transporte escolar apropriado e seguro, independente de onde vivem.

"Após receber inúmeros pedidos dos pais, parceiros e amigos das crianças para que pudessem ter um condutor junto ao ônibus, essa reivindicação se acompanha por um longo período. Analisamos e encaminhamos o projeto junto ao legislativo de Cuiabá, que trará melhor qualidade de vida à população. Tenho certeza de que essa proposta será aprovada e abrangerá todo o transporte público do perímetro rural cuiabano", justificou.

Os monitores de transporte escolar terão um papel crucial na supervisão do comportamento dos estudantes, assegurando um ambi-

ente propício ao deslocamento para as instituições de ensino. Além disso, a criação desses cargos representa uma iniciativa de geração de empregos locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico da comunidade.

"O acompanhante precisa estar na faixa etária acima de 18 anos, para atuar nos veículos utilizados para o serviço de alunos com até 10 anos no sistema municipal de ensino, tendo em vista que indo para a escola já aconteceram inúmeros acidentes e essas crianças ficam sozinhas, somente com o motorista. Por isso, há muita dificuldade para os pequenos e seus responsáveis, que estão ansiosos sobre a chegada", acrescentou.

De acordo com o Censo Escolar de 2023, aplicado anualmente em todo o Brasil, coletando informações sobre diversos aspectos das escolas brasileiras, em especial as matrículas e infraestrutura, a metrópole mato-grossense conta com 235 escolas públicas, em áreas rurais e urbanas, contabilizando 12.720 matrículas na chamada "pré-escola" e 34.657 nos "anos iniciais", aos quais a possível legislação abrangeria, se levada apenas a idade em consideração.

A exigência da presença de monitores irá estimular a geração de empregos na área e melhorar a economia regional. O objetivo é a realização de concurso ou processo seletivo, sendo as despesas decorrentes da execução da lei de competência do Executivo.

"Esses tutores zelarão pelas crianças até desembarcarem e depois em suas devidas casas. Os monitores serão contratados mediante concurso público ou processo seletivo, não havendo uma admissão direta do profissional, da mesma forma realizado na Secretaria de Educação e irão atender mais de 80 ônibus dentro do município", concluiu.

Se o parecer for aprovado em primeira e segunda votação, o texto deve ser encaminhado para a aprovação ou rejeição do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

PROTEÇÃO INFANTIL

Projeto de lei coloca fim ao limite de distância para uso de agrotóxicos

Proposta flexibiliza as regras para o uso de agrotóxicos no estado, permitindo sua aplicação próximo a áreas habitadas e fontes de água

■ | Da Redação

Está tramitando na Assembleia Legislativa um projeto de lei (PL) que pode ter graves consequências para a saúde pública e o meio ambiente em Mato Grosso. Apresentada pelo deputado estadual Gilberto Cattani (Partido Liberal) e aprovada em primeira votação, a proposta flexibiliza as regras para o uso de agrotóxicos no estado, permitindo que sejam aplicados próximos a áreas habitadas e fontes de água, o que pode levar à contaminação do solo, da água e dos alimentos.

Atualmente, o Decreto nº 2.283/2009, que está em vigência, estabelece que o uso de agrotóxicos na agricultura só pode ocorrer a uma distância mínima de 300 metros de povoações, cidades, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população, de 150 metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais, e de 200 metros de nascentes, ainda que intermitentes.

Mas o PL 1833/2023 permite que propriedades rurais médias ou pequenas apliquem agrotóxicos sem se preocupar com uma distância mínima de áreas habitadas. No caso de grandes propriedades, com mais de quinze módulos rurais, a proposta prevê o uso de agrotóxicos a uma distância de 25 metros.

Na proposta, o parlamentar alega que a distância mínima de 300 metros traz prejuízos "à produção agrícola, à população e à economia, pelo alastramento descontrolado das pragas agrícolas".

A Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais da Assembleia Legislativa, que analisa projetos e debate assuntos relacionados à área ambiental, foi favorável ao projeto e no parecer alegou que o PL "tem potencial para reduzir os prejuízos econômicos decorrentes de res-



ALMT vai contribuir com a construção de um novo espaço público para idosos, em Cuiabá. A afirmação foi dada pelo presidente da Casa de Leis, deputado Eduardo Botelho (União)

trições excessivas, sem comprometer a segurança ambiental e humana".

O médico, pesquisador e professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Wanderlei Pignati, explica, porém, que os efeitos são contrários a isso e que a proposta é absurda, pois vai aumentar a exposição a venenos e ampliar a probabilidade da população ter doenças.

"Quanto mais perto, maior é a probabilidade de você ter intoxicação aguda, malformações, câncer. A população que mora do lado, crianças e adultos, os rios, tudo vai ser muito afetado e contaminado", afirma.

Wanderlei Pignati é responsável por um estudo que analisou as condições de saúde de pessoas que moravam em distâncias inferiores a um quilômetro das áreas de lavouras em Mato Grosso. Por meio da pesquisa, realizada pelo Núcleo de Estudos em Ambiente, Saúde, Trabalho e Educação (Neast), do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da universidade, foi demonstrado que a proximidade de áreas agrícolas é um fator de risco significativo.

"A gente fez o levantamento da população e quanto mais perto da lavoura, mais doenças as pessoas tinham. Imagine se você diminuir isso para 25 metros ou para zero. É uma problemática muito grande e parece que o agronegócio não se importa com essa questão, se vai au-

mentar doenças, contaminar a água. Parece que eles só querem o lucro", disse.

"Eles têm que tomar consciência e reprovar esse projeto de lei. Não existe distância mínima ideal para o uso de agrotóxicos, pois alguns alcançam até quilômetros de onde foram aplicados. O ideal é reduzir o uso de agrotóxicos, aumentar a produção agroecológica e proibir o uso de agrotóxicos que já são proibidos na União Europeia", acrescentou o professor.

O deputado estadual Lúdio Cabral (Partido dos Trabalhadores) apresentou um substitutivo ao PL para tornar lei a proibição hoje regulamentada pelo Decreto 2.283/2009. O substitutivo do parlamentar aguarda deliberação da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais da Assembleia Legislativa. Porém, pelo regimento da Casa de Leis, a pauta deve aguardar cinco sessões para que seja colocada em apreciação novamente. O fim do prazo aconteceu em 9 de outubro e a proposta de Gilberto Cattani pode retornar à ALMT para segunda votação a qualquer momento.

Povos indígenas e agrotóxicos

Um estudo realizado em Mato Grosso, com foco em territórios indígenas, revelou a grave ameaça que o uso intensivo de agrotóxicos representa para a saúde dessas populações.

Com o título: "Territórios indígenas e determinação socioambiental da saúde: discutindo exposições por agrotóxicos", a pesquisa feita por professores do curso de Saúde Coletiva da UFMT demonstrou que a proximidade de lavouras agrícolas, especialmente as de milho e algodão, expõe os indígenas a vários problemas de saúde, como irritações na pele e nos olhos, dores de cabeça, náuseas, distúrbios hormonais, malformações congênitas, abortos espontâneos, mutações genéticas, câncer, problemas respiratórios e distúrbios mentais, incluindo depressão e suicídios.

O estudo ainda mostrou que as pessoas com residência próxima a lavouras agrícolas de milho e algodão tiveram quase duas vezes mais intoxicações agudas comparadas com as que residiam em outros locais.

Agrotóxicos proibidos

Outra pesquisa realizada pelo Neast/ISC/UFMT, em parceria com a Operação Amazônia Nativa (OPAN), sobre o impacto às aldeias pelo uso de agrotóxicos em lavouras que ficam no entorno de territórios indígenas, encontrou o carbofurano, proibido no Brasil desde 2017 e há mais de 50 anos na Europa e em estados americanos. Ele pode causar risco de morte após ingestão ou inalação, danos severos aos sistemas neurológico, respiratório e endócrino, malformação fetal em humanos, morte de animais silvestres e grande persistência ambiental.

Também foi encontrada atrazina, um herbicida do grupo químico triazina que tem função dessecante, proibido na União Europeia desde 2004, e o carbandazim, fungicida altamente tóxico que teve a comercialização suspensa no Brasil em 2022, após processo de reavaliação.

Preocupação com aprovação do PL
A presidente da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoint), Eliane Xunakalo, mostra preocupação com a proposta e avalia que o PL pode afetar ainda mais os povos originários.

"Geralmente os nossos rios não nascem nos territórios. A gente não tem uma fiscalização adequada e o veneno pode ir para os nossos rios, matar peixes e prejudicar a nossa saúde", avalia, apontando uma preocupação especial em relação aos povos indígenas. "Tememos que aumente o número de doenças e de casos de contaminação e nós seremos os primeiros a serem atingidos com esse veneno todo".



Eu não ligo para nada do que os outros exaltam ou condenam. Eu simplesmente sigo meus próprios sentimentos. Wolfgang Amadeus Mozart

História, filosofia e cultura reunidas para a comemoração dos 52 anos do Grande Oriente do Estado de Mato Grosso. A celebração foi presidida pelo soberano grão-mestre Josué Paulo Fernandes. O ponto alto do grande evento foi a apresentação da Pequena Serenata Noturna executada pelo quarteto de cordas da UFMT sendo regidos por Amadeus Mozart numa brilhante interpretação de Edmilson Maciel.



VENERÁVEL MESTRE DA LOJA MAÇÔNICA ACÁCIA CULABANA Nº1, ROBERTO MAMEDE E SUA ESPOSA SILVIA MAMEDE



SOBERANO GRÃO-MESTRE JOSUÉ PAULO FERNANDES E SUA ESPOSA CLEIA NOGUEIRA



CRISTINA E OTÁVIO BERTOZZO REIS



APRESENTAÇÃO DA PEQUENA SERENATA NOTURNA EXECUTADA PELO QUARTETO DE CORDAS DA UFMT SENDO REGIDOS POR AMADEUS MOZART INTERPRETADO POR EDMILSON MACIEL.



EMANUELLE SASSAKI E SEU MARIDO PAULO ISAO SASSAKI NETO



CLÁUDIO ZENI E SUA ESPOSA GIULIANA ALTIMARI



BENEDITO MANSUR E SUA ESPOSA MARIA MANSUR



ALGUMAS CUNHADAS REUNIDAS PARA PRESTIGIAR A GRANDE CELEBRAÇÃO GIULIANA ALTIMARI, SILVIA MAMEDE, MARIA MANSUR, CRISTINA REIS, AILMA, CLEIA NOGUEIRA, FRANCISCA LIANES



MILTON ALVES DAMACENO, CLÁUDIO ZENI, MARCELO DINIZ DOS SANTOS E BENEDITO MANSUR

UMA CONQUISTA INESQUECÍVEL

Renovação da Lei Maria da Penha: Medidas para garantir a segurança das mulheres e penalizar agressores em tempos de aumento dos casos de feminicídio

A norma modifica o Código Penal, a Lei das Contravenções Penais, a Lei de Execução Penal, a Lei de Crimes Hediondos e a Lei Maria da Penha. Com a nova legislação, o feminicídio passa a ser classificado como um crime autônomo, além de implementar diversas medidas para prevenir e coibir a violência contra a mulher

■ | Ana Carolina Guerra | Da Redação

Desde que o feminicídio foi reconhecido como crime em 2015, os dados indicam que esse tipo de violência representa um sério problema social e de segurança pública no Brasil. Feminicídio refere-se ao assassinato de mulheres motivado pelo gênero.

O mais recente Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em julho, revela um aumento no número de mulheres vítimas desse crime em 2023. Mais de 1.467 casos foram registrados, possuindo um crescimento de 0,8% em relação ao ano anterior. Isso equivale a uma mulher assassinada a cada seis horas, evidenciando a gravidade da violência de gênero no país. Uma nova pesquisa trouxe preocupações adicionais, pois, apenas no primeiro semestre de 2024, já foram registradas mais de 2 mil mortes violentas de mulheres com indícios de feminicídio, conforme o Monitor de Feminicídios no Brasil.

Muitas pessoas se perguntam porque o feminicídio acontece com tanta frequência e se torna algo "comum" nas famílias brasileiras. A resposta está ligada a uma combinação de fatores históricos, culturais e sociais que tornam o machismo uma característica estrutural da sociedade brasileira. Vivemos em um país patriarcal que desvaloriza as mulheres, tratando-as como propriedades dos homens e normalizando a violência contra elas, especialmente no ambiente doméstico.

A violência doméstica e o feminicídio são impulsionados por questões de poder e controle, além da misoginia que perpetua a ideia de supremacia masculina. A desigualdade de gênero, que se tornou comum, autoriza socialmente a subjugação das mulheres, que são frequentemente controladas. Quando ousam se posicionar contra a violência, muitas vezes enfrentam reações agressivas que podem culminar no feminicídio. No entanto, esse crime não está necessariamente vinculado à resistência das mulheres; mesmo aquelas que nunca se levantam contra seus agressores podem ser assassinadas.

Além disso, a ausência ou ineficácia de políticas públicas para lidar com essa situação - que vão desde o apoio às vítimas até a punição eficaz dos agressores - complica ainda mais o cenário.

Em 2006, a Lei Maria da Penha entrou em vigor, representando um marco importante no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Essa legislação visa ga-



Além da deputada Gisela Simona, outras parlamentares expressaram apoio e celebraram a nova lei, acreditando que ela poderá reduzir os casos de feminicídio e inibir os agressores

rantir a segurança das mulheres e abrange não apenas casos de agressão física, mas também situações de violência psicológica, como o afastamento de amigos e familiares, ofensas, destruição de objetos, difamação e calúnia. Além de punir os agressores, a lei também prevê acolhimento e assistência às vítimas.

No entanto, apesar desse avanço significativo, o feminicídio continua a ser uma realidade alarmante no Brasil, como evidenciam as estatísticas. Conforme a pesquisa da Secretaria de Estado e Segurança Pública de Mato Grosso, de janeiro a setembro, foram registrados 14.223 ameaças e 6.835 casos de lesão corporal. Além desses casos que é comum ver no noticiário, existem outras situações amparadas pela Lei Maria da Penha.

Aqui no estado, quando se trata de perseguição, mais de 1.631 casos foram denunciados, totalizando um aumento de 28% comparando com o ano anterior. Até o momento, mais de 77 mortes por homicídio doloso e feminicídio foram registrados.

Após os inúmeros casos e aumento constante de mortes e agressões, a Câmara dos Deputados, aprovou o Projeto de Lei 4266/23, que garante o aumento da pena de feminicídio para até 40 anos.

Segundo o texto, o feminicídio passa a ser definido em um artigo específico, ao invés de ser considerado um tipo de homicídio qualificado. Atualmente, a pena varia de 12 a 30 anos de reclusão, mas, com essa mudança, ela aumentaria para 20 a 40 anos.

A relatora do PL 4266/23, deputada Gisela Simona (União-MT), destacou que a proposta visa aumentar a proteção às mulheres vítimas de violência.

"A classificação do feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio dificulta sua identificação. Em muitas situações, a falta de formação adequada ou de protocolos claros pode levar as autoridades a classificar o crime simplesmente como homicídio, mesmo quando a conduta é praticada contra

a mulher por razões da condição do sexo feminino.", comenta.

Além da deputada Gisela Simona, outras parlamentares expressaram apoio e celebraram a nova lei, acreditando que ela poderá reduzir os casos de feminicídio e inibir os agressores. As novas circunstâncias que podem aumentar a pena incluem o assassinato da mãe ou de uma mulher responsável por pessoa com deficiência, o uso de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou qualquer meio cruel, além de traição, emboscada, dissimulação ou métodos que dificultem a defesa da vítima, e o uso de arma de fogo de uso restrito ou proibido. Todas as circunstâncias do crime também se aplicam a coautores ou participantes do assassinato.

O projeto também aumenta a pena para o condenado que descumprir medidas protetivas durante o cumprimento da pena. Por exemplo, se um condenado por lesão relacionada à violência doméstica se aproximar da vítima quando estiver proibido, a pena por violação da medida aumentará de detenção de 3 meses a 2 anos para reclusão de 2 a 5 anos, além de multa.

A proposta altera direitos e restrições para presos por crimes contra mulheres. Se um preso por violência doméstica ameaçar ou praticar novas violências contra a vítima, ou seus familiares, será transferido para um presídio distante. Para a progressão de regime, o tempo necessário aumenta de 50% para 55% da pena se a condenação for por feminicídio, sem possibilidade de liberdade condicional para réus primários. Apenados em saídas autorizadas terão de usar tornozeleira eletrônica e não terão direito a visita íntima.

A responsabilidade de suspender ou restringir direitos dos apenados, como visitas e correspondências, passa a ser do juiz da execução penal, ao invés do diretor do presídio. Na lei de contravenções penais, a pena para agressão con-

tra a mulher será triplicada, e a pena por ameaça será dobrada se cometida por motivos de gênero, sem depender de representação da vítima. Crimes como injúria, calúnia e difamação também terão penas dobradas.

A pena por lesão corporal contra familiares ou contra a mulher, por razões de gênero, aumentará de 1 a 4 anos para 2 a 5 anos de reclusão. Além disso, a perda do poder familiar se estenderá a condenados por crimes relacionados à condição feminina, independentemente de a mulher compartilhar esse poder. A condenação poderá levar à perda de cargo ou mandato eletivo e à proibição de futuras nomeações em funções públicas, com efeitos automáticos a partir da condenação.

Em relação à execução da pena, a procuradora da Mulher, deputada Soraya Santos (PL-RJ), elogiou o endurecimento das medidas para agressores de mulheres durante essa fase, especialmente na concessão de benefícios. A deputada Erika Kokay (PT-DF) enfatizou a importância de considerar o feminicídio como um crime autônomo.

"Enfrentar o feminicídio não é apenas recrudescimento penal. Envolve política de educação, cultura e multisetorialidade. É necessário termos uma sociedade onde não haja dor em sermos mulheres", declarou.

Identificar e evitar o feminicídio é uma questão crucial, uma vez que essas mortes são muitas vezes evitáveis e resultam de um processo contínuo de violências que se agravam com o tempo. O feminicídio se insere em um contexto de misoginia, caracterizado pelo ódio e desprezo pela mulher.

Embora muitos comportamentos masculinos, como a postura controladora, ciúmes extremos, tom de voz alterado, críticas destrutivas disfarçadas de brincadeira e culpabilização, sejam naturalizados e até vistos como atos de cuidado, esses sinais devem ser considerados alertas. Intimidações, ameaças e um histórico de agressões são indícios claros de que a situação pode evoluir para um feminicídio.

Combater o feminicídio não é uma tarefa simples; exige uma abordagem multidisciplinar e um esforço conjunto da sociedade para educar e conscientizar sobre a equidade de gênero, as leis e os direitos das mulheres. Além das campanhas de conscientização, é fundamental divulgar o número 180, que é destinado a receber denúncias de violência contra mulheres, e garantir que existam espaços seguros para que as vítimas possam registrar suas denúncias e receber atendimento jurídico e de saúde, além de acompanhamento posterior. A segurança da vítima após a denúncia representa um dos maiores desafios.

Somente com ações integradas e contínuas, envolvendo a participação efetiva de toda a sociedade, será possível erradicar o feminicídio e construir um ambiente justo e seguro para todas as mulheres. O Fundo Brasil de Direitos Humanos, com o apoio de doadoras e doadores de todo o país, fortalece projetos que lutam pela efetivação dos direitos básicos de todas as mulheres.

SOLIDARIEDADE

Lenço Solidário: Campanha pela conscientização e apoio a pessoas em tratamento do câncer de mama ocorre há 10 anos durante o Outubro Rosa

A iniciativa que promove a arrecadação de lenços, chapéus, turbantes e perucas visa não apenas fornecer itens essenciais, mas também fortalecer o apoio emocional e a autoestima dos pacientes da AAPOC

■ | Yasmin Yegros | Da Redação

A Associação de Apoio aos Pacientes Oncológicos de Cuiabá é a entidade escolhida para receber as doações da 10ª edição da campanha, Lenço Solidário, ocorrida no Outubro Rosa, mês dedicado a informar sobre o câncer de mama. Esta iniciativa, que já arrecadou diversos itens ao longo de nove anos, tem como objetivo coletar lenços, chapéus, boinas, turbantes e perucas para apoiar pessoas em tratamento.

O evento de lançamento ocorreu no início deste mês (02), na loja do Comper Alzira Santana em Várzea Grande, onde foi destacado a importância da parceria com a AAPOC. A campanha incentiva, clientes a doarem acessórios, novos ou em bom estado, promovendo solidariedade e um forte senso de comunidade.

O compromisso em auxiliar pacientes é visto com os resultados, nos últimos anos, muitas doações foram feitas nas lojas do Comper em Cuiabá e Várzea Grande, o qual teve um impacto significativo na vida dessas pessoas que as receberam. Porém, a expectativa para esta edição é envolver ainda mais colaboradores, clientes e quantidade arrecadada.

Lídia Liandro, responsável pela área de eventos do Comper, expressou esperança de que esta campanha inspire mais pessoas a se unirem a essa causa, com pontos de arrecadação em todas as lojas até 31 de outubro.

Janaina Santana, presidente da AAPOC e paciente oncológica desde 2016, destacou a importância das doações para a autoestima dos pacientes, lembrando que cada lenço representa esperança e dignidade. A associação assiste cerca de 300 pacientes, e a pa-

rência é fundamental para a identidade, especialmente durante tratamentos invasivos.

"A campanha do Lenço Solidário é de extrema importância para nós, porque a autoestima faz a diferença no tratamento. Existem pessoas que têm muita dificuldade em lidar com a queda dos cabelos, uma das sequelas da quimioterapia, para alguns é inevitável, falo isso com propriedade porque também sou paciente desde 2016, quando também tive câncer de mama. Perdi meus cabelos, então um turbante, um lenço, uma peruca, é relevante, pode parecer bobeira, mas para as pessoas que fazem tratamento é um cuidado".

Convidou todos a participar, lembrando que cada doação possui uma diferença significativa na jornada dos auxiliados. Após a campanha, os lenços e acessórios serão entregues aos pacientes no Instituto de Tumores e Cuidados Paliativos e também para todos que procurarem pela AAPOC.

"O ITC, atende 100% pelo SUS, dentro do hospital geral, onde fazemos questão de ajudar, porque lá o paciente é tratado com diferencial, de forma humanizada", conta que a associação apoia os pacientes oncológicos de Cuiabá e adjacentes, em todos os tipos de câncer, nas mais diversas necessidades, sendo elas alimentação, suplementação, exames, consultas, biópsias, cateteres, bolsas de colostomia e muito mais.

Por isso, todas essas iniciativas de doações, sejam elas de acessórios ou alimentos, são primordiais, já que a AAPOC não possui auxílio governamental, existindo apenas através de doações e incentivo de empresas. "Mas as coisas não estão fáceis e

toda ajuda é muito bem-vinda, porque não é apenas um lenço, não se usa apenas na cabeça, é um carinho e elas ficam muito felizes de receber".

Agradece todas as doações e toda a ajuda obtida no outubro rosa, mas garante que infelizmente o câncer não acontece somente neste mês e sim, em todos do ano, "é a AAPOC, através do seu Instagram, leva essa informação, porque entendemos que ele não espera e a consciência, salvas vidas".

Sobre a AAPOC (@aapoc.official)

A AAPOC foi fundada em 2020 com a missão de apoiar pacientes diagnosticados com câncer em Cuiabá. A associação desempenha um papel crucial no auxílio a homens, mulheres e crianças com diferentes tipos da doença, atendendo atualmente cerca de 300 pessoas e oferecendo suporte vital durante os tratamentos e a recuperação.

O trabalho da AAPOC é extremamente significativo, pois, vai além do parecer médico. Eles se dedicam a direcionar os enfermos pa-



Lídia Liandro, responsável pela área de eventos do Comper, expressou esperança de que esta campanha inspire mais pessoas a se unirem a essa causa

ra os procedimentos adequados, proporcionando um amparo abrangente que inclui acompanhamento psicológico e emocional.

Em sua atividade direta com pessoas, promove campanhas de conscientização, fornece orientações jurídicas e apoio material. Essa abordagem integral assegura que todos, independentemente de seu estado de saúde ou do tipo de tratamento, recebam o necessário em um momento tão difícil de suas vidas. O compromisso da AAPOC é atuar com cada um exercendo dignidade, respeito e empatia.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Compulsão em compras e falta de planejamento financeiro são causa de problemas psicológicos

Um dos principais fatores do endividamento é o consumo impulsivo. Pesquisadores indicam que certos traços de personalidade, como a impulsividade e a falta de autocontrole, estão associados ao aumento do risco de contrair dívidas

■ | Ana Carolina Guerra | Da Redação

Chegamos a uma era, onde é comum as pessoas terem depressão ou ansiedade. Isso porque a nova geração e a tecnologia vêm exigindo que as coisas sejam feitas em tempo real, para não perder o famoso "time".

A doença é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o "Mal do Século". Patologicamente se manifesta por sentimentos de tristeza, pessimismo e baixa autoestima, que ocorrem frequentemente e podem se interligar. Essa condição resulta na perda de prazer em atividades que antes eram gratificantes, além de causar oscilações de humor e pensamentos que, em casos extremos, podem levar a comportamentos suicidas.

O tratamento envolve o acompanhamento de profissionais de saúde, com o uso de medicamentos e terapia, adaptados às necessidades individuais. O suporte familiar é essencial nesse processo. O Centro de Valorização da Vida (CVV) oferece apoio emocional e prevenção ao suicídio, atendendo de forma voluntária e gratuita aqueles que desejam conversar. O atendimento é realizado com total sigilo, disponível 24 horas, por telefone, email, chat e VoIP.

Um dos motivos que vem causando a depressão nos adultos é a gestão financeira da família. Isso ocorre, porque atualmente tudo gira em torno do dinheiro e se a pessoa não possui certas condições, as coisas ficam mais difíceis. O peso da responsabilidade, especialmente quando a sobrevivência da família depende daquela renda, pode gerar uma sensação de fracasso e inutilidade, insuportável. Estima-se que uma em cada cinco pessoas no mundo enfrente problemas relacionados à depressão em algum momento da vida. A melhor forma de preveni-la é cuidando da mente e do corpo, através de uma alimentação saudável e da prática regular de exercícios físicos. Aprender a lidar com o estresse e compartilhar preocupações com amigos ou familiares também é fundamental.

Muitas pessoas se perguntam o porquê da falta de dinheiro, resultar em crises de ansiedade ou depressão. A nossa equipe entrou em



Alcebiades Faria Lima, contador realizou a sua formação pelo Instituto Cuiabano de Educação (ICE) e se tornou um profissional liberal, atuando na área há mais de nove anos

contato com um especialista em gestão financeira, Alcebiades Faria Lima, 37 anos, e explicou com exclusividade a relação de tudo isso.

O contador realizou a sua formação pelo Instituto Cuiabano de Educação (ICE) e se tornou um profissional liberal. Atuando na área há mais de nove anos, através de sua empresa AFL SOLUÇÕES FINANCEIRAS.

Responsável por toda a parte operacional do seu escritório, o seu principal objetivo de vida vai além das atividades contábeis tradicionais. A sua missão é auxiliar dois tipos principais de empresas: aquelas que estão passando por dificuldades financeiras e precisam de recuperação, e as que estão começando no mercado.

Segundo Alcebiades, o diferencial do seu trabalho é não focar apenas nos números,

mas também nas pessoas por trás do CNPJ. Pois, muitas dessas empresas são criadas como a principal ou única fonte de renda para sustentar famílias. Por isso, o seu trabalho envolve não só ajudar na recuperação financeira da empresa ou na estruturação de um novo negócio, mas também apoiar diretamente os empresários e sócios.

"Ensino a importância da educação financeira, tanto no contexto da empresa quanto dentro do ambiente familiar. Acredito que o equilíbrio financeiro da empresa depende muito da compreensão e da disciplina financeira dos sócios e suas famílias. Quando todos entendem e praticam uma gestão financeira adequada, tanto no negócio quanto em casa, o caminho para o su-

cesso e a sustentabilidade fica muito mais claro e viável", comenta.

Ao fazer uma análise mais profunda de uma crise financeira familiar, o empresário acredita que a falta de gestão financeira nas famílias brasileiras é um problema que tem raízes profundas e múltiplos fatores. Onde a maioria não recebeu uma educação financeira formal, o que as impede de entender como lidar com orçamento, dívidas e investimentos de maneira eficaz. Muitas vezes, os membros da família vivem sem um planejamento financeiro claro, gastando conforme as demandas do momento, sem considerar o impacto a longo prazo.

De acordo com os seus estudos, esse comportamento leva a um ciclo de endividamento, que não apenas afeta as finanças pessoais, mas também compromete o crescimento de pequenos negócios familiares. Em muitos casos, os empreendedores usam as finanças da empresa para cobrir despesas pessoais ou vice-versa, sem separar adequadamente as contas, o que gera um descontrole tanto no âmbito pessoal quanto empresarial.

Devido a sua experiência na área de contabilidade, o mesmo relata que o não ensino de planejamento financeiro desde a infância, impacta e prejudica a economia social.

"Quando as pessoas não sabem gerir suas finanças, acabam se endividando e consumindo de forma descontrolada, o que afeta não só suas vidas pessoais, mas também a sustentabilidade de pequenos negócios e, consequentemente, a economia local. A educação financeira é essencial para promover decisões conscientes e um crescimento econômico mais equilibrado", explica para nossa equipe.

Neste mês realizamos o combate ao suicídio e por essa razão, ser um dos principais causadores da depressão, ele enxerga que isso é muito preocupante e recomenda que a sociedade comece a estudar sobre finanças, podendo evitar crises financeiras e desencadeamento da doença.

A reestruturação de dívidas e o aconselhamento especializado também são passos importantes para aliviar a pressão imediata. Além disso, é crucial oferecer apoio psicológico, desestigmatizando o pedido de ajuda em momentos de crise. A integração entre educação financeira e suporte emocional pode evitar que situações de desespero se agravem, salvando tanto a vida financeira quanto a saúde mental dessas pessoas.

"O principal conselho que daria é para adotar uma visão de longo prazo e tenha paciência. Mudar hábitos financeiros leva um tempo, mas com disciplina, você pode conquistar uma vida mais leve e livre de preocupações financeiras. Também é importante não hesitar em procurar orientação de um especialista em finanças, que pode ajudar a traçar um caminho seguro para sair da crise", finaliza Alcebiades Faria Lima.

TALENTO MIRIM

Mister Mato Grosso se destaca nacionalmente após conquistar mais de 3 faixas em pouco tempo de carreira

Com apenas três anos, Anthony Levi vem conquistando espaço no mundo artístico e passarela após ter seu talento descoberto pelas maiores agências nacional

■ | Ana Carolina Guerra | Da Redação

Anthony Levi Rosa Rondon, de apenas três anos e natural de Aracaju-SE, vive com sua mãe e avó em Cuiabá. Recentemente, ele se destacou no mundo artístico, mostrando seu talento tanto na passarela quanto na atuação. Seu carisma diante das câmeras o transformou em um pequeno fenômeno digital. Sua mãe, Susanne Cristine Rosa Arruda, conta que sua carreira começou de forma inesperada, com uma postagem no Instagram que atraiu a atenção de várias agências que seguiam seu perfil.

"Começou espontaneamente e, após aquela postagem, várias agências entraram em contato e me orientaram a criar um perfil exclusivo para ele. Logo, as parcerias começaram e seguimos com as agências", explica Susanne.

A jornada de Anthony para o estrelato tem raízes familiares. Sua mãe, que já foi modelo e desfilou, não conseguiu seguir a carreira por alguns obstáculos e agora investe todo seu tempo e dedicação no filho. A paixão de Anthony por posar para fotos e gravar vídeos rapidamente o destacou como modelo fotográfico, representando diversas marcas. Entre os marcos de sua carreira, estão os testes realizados para o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e a Rede Record, além de aparecer em um outdoor no Rio de Janeiro.



A paixão de Anthony por posar para fotos e gravar vídeos rapidamente o destacou como modelo fotográfico, representando diversas marcas

Anthony foi eleito Mister Mirim Cuiabá 2024/2025 em um concurso da franquia Pro-

dução Brasil. Apesar da pouca idade, ele recebeu um convite para participar do Portal Dilson Stein, conhecido por revelar novos talentos artísticos. Sua mãe também menciona que já estabeleceu novos contatos com agências, que estão em processo de análise e negociação. Este ano, ele já conquistou dois títulos e, segundo informações, será premiado com a faixa de Embaixador Kids Mato Grosso 2025.

O ano de 2024 trouxe inúmeras oportunidades para Anthony. Em fevereiro, ele foi agenciado pela renomada THL Models, sob a direção de Thiago Lyra, e foi selecionado para o elenco da nova novela "Em Busca do Tesouro", que será exibida em todo o Brasil pela VTV SB. A equipe de produção garantiu que ele se sentisse acolhido nessa nova fase.

Recentemente, Anthony foi premiado como Muso Destaque Digital 2024 na categoria Baby pela Vitrine Model, liderada por Rosângela Martins. Seus projetos variam

entre campanhas publicitárias e flyers especiais, sempre conquistando a admiração dos fãs. Fora das câmeras, ele adora praticar esportes, jogar bola, correr e se divertir na piscina. Suas aventuras incluem passeios em sua moto elétrica e desafios com quebra-cabeças, além de aproveitar momentos tranquilos na chácara do avô.

Todo esse sucesso é fruto do amor e do apoio incondicional de seus pais, Jefferson Cunha Rondon e Susanne Christinne Rosa Arruda, que gerenciam sua carreira com dedicação, além do suporte de seus avós, Clebson e Cláudia Rondon, Arlindo Arruda e Jacira Rosa. Mesmo enfrentando dificuldades em fechar novas parcerias, a família consegue estabelecer colaborações com diferentes estados, como Rio de Janeiro, Nordeste e São Paulo.

"É sempre uma surpresa para nós, mas graças a Deus conseguimos boas parcerias, recebendo produtos em troca de divulgação e permitindo que diversas lojas tenham um retorno significativo", comenta.

Susanne reforça que os compromissos profissionais não prejudicam a educação de Anthony, com flexibilidade por parte da coordenação escolar. Qualquer atividade perdida é repassada a ele, e a família procura agendar os trabalhos fora do horário escolar. Além disso, eles buscam garantir uma educação de qualidade em casa.

Os planos para o próximo ano incluem firmar novas parcerias e explorar novos caminhos. Entre os projetos, está a participação em uma novela, além de um convite para ser embaixador do estado de Mato Grosso e desfilarem em São Paulo, onde competirá pelo título de Mister Brasil e Internacional, com direito a uma viagem ao Peru representando o país.

Até o momento, Anthony não possui contrato de exclusividade com agências, realizando apenas parcerias.